

# Política.

## PSB não define vaga de Glauber

O cancelamento da candidatura do deputado Glauber Coelho (PSB) foi oficializado ontem no Tribunal Regional Eleitoral, por ocasião da morte dele. O PSB, por sua vez, ainda não decidiu se indicará um substituto para a disputa.

EDITORA:  
**ELISA RANGEL**  
erangel@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8332  
agazeta.com.br/politica



## OS PORÕES DA DITADURA

# REPRESSÃO NA UFES

# RELATÓRIO REVELA

# NOMES DE VÍTIMAS

## Comissão da Verdade lista presos, demitidos e torturados

▄ RONDINELLI TOMAZELLI  
rtomazelli@redgazeta.com.br

A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) enviou à Comissão Nacional da Verdade (CNV), na última sexta-feira, seu relatório preliminar listando mais de 20 ex-alunos e ex-professores vítimas de prisões, demissões e tortura executados pela ditadura militar no Estado.

Assinado pelo coordenador Pedro Ernesto Fagundes, o documento não especifica o número total de vítimas do aparato de violência e punição aqui montado. “Foram dezenas e dezenas de estudantes presos. O Serviço Nacional de Informação (SNI) e o ministério do Exército monitoravam professores e alunos. Na verdade, a Ufes foi o espaço mais vigiado e que mais sofreu com a repressão política no Estado”, reitera.

O pesquisador contesta o lugar-comum de que o Espírito Santo era uma “ilha de paz” no governo militar. “Já em 1964, ano do golpe, os alunos sofreram tortura psicológica e simulação de fuzilamento no 38º Batalhão de Infantaria em Vila Velha. A violência era rotineira”, pontua. “Havia uma política de Estado repressiva institucionalizada de violação aos direitos humanos”.

Segundo o relatório da Ufes, em 1969 ocorreu nova onda de prisões e enquadramento de estudantes na

### PUNIÇÃO PENAL

“A grande tarefa da Comissão Nacional da Verdade é provocar a sociedade brasileira a rever a Lei de Anistia”

**PEDRO E. FAGUNDES**  
HISTORIADOR/UFES

## 18

**pessoas ligadas à Ufes,** sendo 17 alunos e um professor, responderam a inquérito policial militar

Lei de Segurança Nacional, entre eles Laura Coutinho; José Caldas Brito; Júlio César de Matos; Ewerton Guimarães; e Antônio Carlos Dall’Orto. Após o golpe de 1964, houve o afastamento do reitor Manoel Xavier Paes Barreto (veja ao lado outros casos).

### RETA FINAL

Ontem, repercutindo a entrevista de Míriam Leitão em A GAZETA, a Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa enviou ofício à CNV e à Comissão Estadual da Verdade para que seja ouvida a jornalista – torturada no Exército em Vila Velha, em 1972.

Agora, os pareceres das comissões existentes em todos os Estados serão encaminhados para a CNV, que vai apresentar seu relatório conclusivo em de-

zembro. Depois disso, como as comissões não têm poderes punitivos, os processos podem começar a rolar na Justiça.

Ouvida por A GAZETA, uma fonte da CNV afirma que os desdobramentos judiciais da conclusão dos relatórios ainda estão todos em aberto. Tanto o Ministério Público quanto as vítimas e seus familiares têm prerrogativa para, usando as informações das comissões, ingressar na Justiça oferecendo denúncia e requerendo indenização, punição criminal ou certidões de culpa.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não encerrou o julgamento da Lei de Anistia. A Corte foi contrária a revê-la, mas ainda não apreciou um embargo declaratório da Ordem dos Advogados do Brasil. O STF ainda pode ser provocado por outras partes.

Aliás, já corre no Superior Tribunal de Justiça uma ação do Ministério Público Federal contra o coronel Carlos Brillante Ustra. A família do deputado Rubens Paiva e do jornalista Vladimir Herzog já está na Justiça responsabilizando os militares pela morte de ambos.

Para Pedro Ernesto, porém, a grande tarefa da CNV é provocar a derrubada da Lei de Anistia (1979), para a responsabilização dos criminosos que agiram em nome do Estado.

### O DOCUMENTO DA UFES

#### Alunos processados

Entre 1972 e 1973, anos de prisões e perseguições no Espírito Santo, foi aberto inquérito policial militar contra 33 pessoas - 18 da Ufes - suspeitas de militar no PCdoB. Estudantes: Marcelo Neto, Gustavo do Vale, Sebastião Lima; Elizabeth Madeira; Magdalena Frechiani; Luzimar Dias; Guilherme Lara Leite; Marcus Lira; Luiz Carlos Genelhu; Iran Caetano; Adriano Sisternas; Míriam Leitão; Angela Milanez; Maria Gilma Erlacher; Maria Auxiliadora Gama; Jorge Luiz de Souza; e José Willian Sarandy.

#### AI-5

Com o Ato Institucional nº 5, de 1968, veio nova onda repressiva. Em janeiro de 1969, o DCE foi invadido e fechado. A Polícia Federal prendeu o estudante José Carlos Risk. Foi demitido o professor Aldemar Neves. No Congresso da UNE em Ibiúna, foram presos 13 estudantes capixabas.

#### Estudantes expulsos

Em 1974, sete foram expulsos: Iran Caetano; Marcelo Neto; Míriam Leitão; Adriano Sisternas; Angela Milanez; Jorge Luiz de Souza e José Sarandy.

#### Tortura

Um dos casos é de Jaime Lana Marinho, estudante de odontologia. Ele relatou que foi levado com outros prisioneiros para o 38º BI,

ACERVO DO DOPS/ES DO AQUIVO PÚBLICO ESTADUAL



**Cesar Ronald Pereira Gomes foi preso em Ibiúna (SP)**

ACERVO DO DOPS/ES DO AQUIVO PÚBLICO ESTADUAL



**Ficha de Iran Caetano no inquérito policial**

MATHEUS LEITÃO



**Militante do PCdoB, Míriam tinha o codinome “Amélia”**

onde ficou semanas sofrendo pressões e torturas como encenação de fuzilamento, ameaças de morte e interrogatórios.

#### Inquéritos pós-1964

Em 1964, abriram-se inquéritos administrativos e dezenas de estudantes,

funcionários e professores tiveram que prestar esclarecimentos.

#### Contato nacional

O aparato repressivo nacional mantinha contato com a reitoria da Ufes via Assessoria Especial de Segurança e Informação.

## OS PORÕES DA DITADURA

## TORTURA NA GRAVIDEZ

# Míriam visita a cela: “Que lugar estranho para sofrer”

**Quase 40 anos depois, a jornalista voltou sozinha ao 38º BI, onde ficou aprisionada**

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

“Eu descia e olhava aquele lugar tão lindo, aquele Convento... Tudo é tão lindo lá e eu falava: ‘Que lugar estranho pra sofrer!’. Foi uma estranha caminhada”. Assim a jornalista Míriam Leitão define, em entrevista exclusiva a A GAZETA, o sentimento “fora da realidade” que lhe tomou quando, sozinha, em 2011, visitou as dependências do 38º Batalhão de Infantaria (BI) de Vila Velha, localizado à beira-mar e aos pés do Convento da Penha.

No local, a jornalista foi presa e torturada por três meses pela ditadura militar em 1972. Ela e o então companheiro, Marcelo Netto, foram acusados de subversão política. Míriam estava grávida de um mês do primogênito Vladimir, que sobreviveu a tudo. Ela ficou deprimida e anêmica, perdeu 11 quilos e enfrentou simulação de fuzilamento, câes raivosos e uma cobra jiboia, além de um clima iminente de estupro com vários homens lhe cercando.

Hoje, em nome da democracia e de um novo passo na história do país, Míriam exige um pedido de desculpas das Forças Armadas.

**Por que decidiu voltar ao lugar onde foi presa e torturada? Foi uma experiência impactante.**

(Pausa) Foi, foi. Eu fiz uma viagem sozinha, chorei

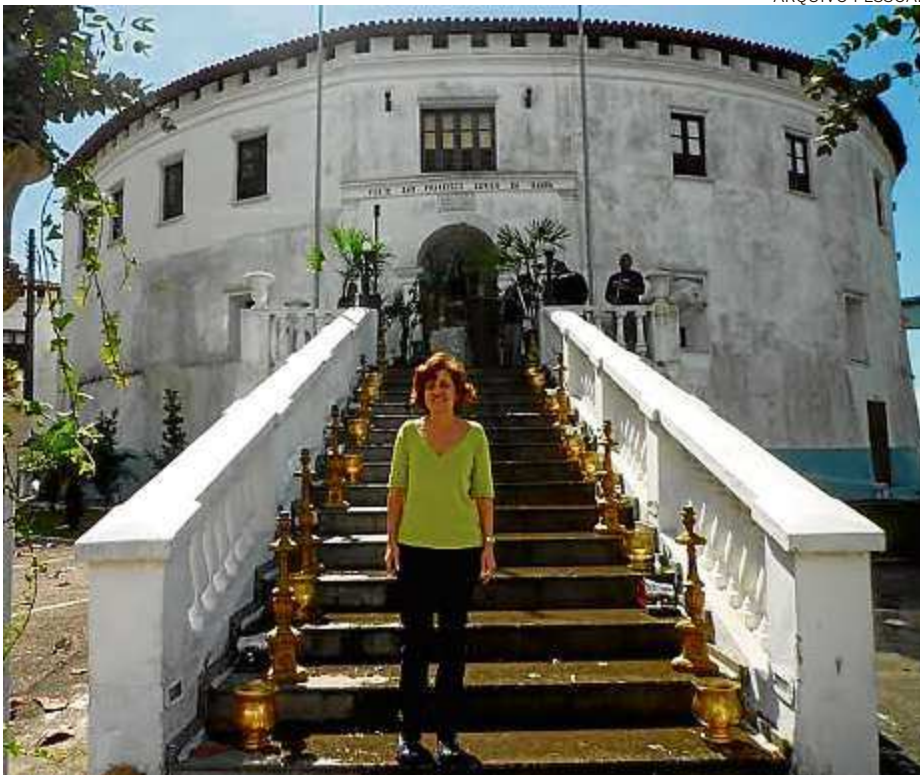
muito, foi muito emocionante porque, assim que entrei, a sensação era de ficar meio fora da realidade, meio estranha. Era como se eu visse duas telas divididas: numa parte de mim eu via as cenas de 1972; e na outra parte eu via o que estava vendo ali. Eu entrei, e aquilo tudo na minha cabeça, e eu sozinha... Tem um corredor que vai dar na sala escura onde eu fui colocada com a cobra.

**Você conseguiu chegar às salas onde ficou confinada? Foi bem recebida pelos militares?**

Fui bem recebida. Não “beeeem” recebida... O comandante foi lá à paisana, estava um pouco constrangido, preocupado, perguntou o que eu queria ali. Respondi que era uma viagem minha no sentido particular de voltar no tempo. Não me deixaram ir a todos os lugares, não me trataram mal, e eu disse que eles não tinham nada a ver com o passado, mas que eu precisava fazer aquela visita. Não me deixaram ver muito, mas eu andei por tudo aquilo. Respirei aquele ar, subi aquelas escadarias, lembrei de mim mesma e de quantas vezes eu subia e descia aquela escadaria no meio da noite, porque eu fiquei presa no início numa cela dentro do Forte mesmo.

**Como você se sentiu ao sair da visita a uma prisão de tantas cicatrizes?**

Veja que interessante: quando eu saí de lá, meu irmão me encontrou num restaurante, eu estava cho-



Míriam: recebida por comandante “constrangido e preocupado” no 38º BI

## Elcio Alvares é procurado

▄ **O deputado estadual Elcio Alvares (DEM) foi procurado pela reportagem para responder às acusações de Míriam Leitão publicadas na entrevista, mas a assessoria do parlamentar não retornou às ligações até o fechamento da edição.**

rando muito. E quem entra no restaurante?! A Madalena (Frechiani, presa com Míriam e que também estava grávida) e o Guilherme (Lara Leite, outro preso). A Magdalena comemorava um aniversário da família.

Choramos nós três abraçados depois que eu disse que eu estava vindo do 38º. (Pausa longa). A neta dela me disse que tinha muito orgulho da avó. Magdalena me apresentou à neta como companheira de cela. Foi muito emocionante.

**Na cela havia duas mulheres grávidas – você e ela. Como enfrentaram tudo?**

A Magdalena é mãe da Janaína, que nasceu forte e saudável e é uma pessoa maravilhosa. E o Vladimir estava no meu ventre. A Magdalena fugiu e foi melhor para ela. Quando eles conseguiram prender Magdalena, Beth Madeira e Guilherme Lara Leite, o grupo de comando do 38º BI que

veio do Rio já tinha ido embora, e já tinha acontecido o pior que podia acontecer. A gente foi dedurado por um chefe do grupo, ele contou tudo, e eu demorei bastante a assinar minha confissão. Mas, também, eles faziam a confissão da conta deles, ‘né’. E você assinava.

**Por que diz que, no seu martírio de presa política, pôde ver o lado sombrio e o lado brilhante das pessoas?**

Ao longo desse processo, o lado sombrio foi o então governador Elcio Alvares, que fez uma perseguição implacável contra a gente. Ele veio depois, mas quando a gente foi preso era o governador Arthur Carlos

Gerhardt, que não fez particularmente nenhuma perseguição a nós. Mas o Elcio fez perseguição, e acabei saindo do Espírito Santo porque onde eu ia trabalhar ele exigia a minha demissão. Eu fui demitida de um jornal por exigência dele.

**E quem te ajudou quando você saiu da prisão?**

O lado brilhante é a professora e linguista de grande cultura Euzi de Moraes, então diretora da Fundação Cultural do Estado. Eu trabalhava com ela na Rádio Espírito Santo, que era do governo. Eu não só não fui demitida como fui protegida pela Euzi depois que voltei a trabalhar após três meses de prisão. Fui libertada com três para quatro meses de gravidez, e o Marcelo continuava preso e ninguém sabia até quando.

**Para você, era o contexto mais terrível possível.**

Era. Euzi era chefe geral, me chamou na sala dela e me deu um abraço e este conselho: ‘Continue pensando o que você pensa, mas tome mais cuidado na hora de se expressar nesse tempo de hoje’. Ela me disse: ‘Não quero você circulando pela rua. Você vai fazer trabalho interno até ter o filho’, porque, como repórter, eu estava muito exposta a riscos. Aí, virei redatora. Imagine uma chefe de um órgão público em plena ditadura do governo Médici, me receber com um abraço! Foi uma coisa de voltar a confiar no ser humano! Euzi: registre esse nome: é uma flor.

## Rede de vítimas critica comissão do governo

▄ O trabalho da Comissão Estadual da Verdade, criada pelo governo capixaba, desagradou a militantes políticos e até a parlamentares envolvidos com a elucidação de crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro durante a ditadura.

“Eles não estão avançando como deveriam”, diz o deputado Claudio Vereza. Co-

ordenador nacional da “Rede Brasil - Memória, Verdade e Justiça”, Francisco Celso Calmon vê pouca chance de o colegiado produzir um resultado mais denso.

“Temos uma visão muito crítica da Comissão Estadual. A maioria dos colegiados não contribuiu com o que se esperava. O trabalho da Ufes é o mais próximo do

que a sociedade civil esperava”, frisa Calmon.

Ele anuncia um movimento para criar a Comissão da Verdade do Cone Sul, já que Chile, Argentina e Peru já avançaram chegando à esfera judicial. “Já sabemos que será incompleto o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. As Forças Armadas quase não abri-

ram seus arquivos; mortos e desaparecidos não foram descobertos; e centros de tortura e extermínio não foram levantados”, enumera.

A GAZETA tentou, sem êxito, contato com o presidente da Comissão Estadual, Agésandro da Costa Pereira, e os membros Júlio Pompeu, Francisco Aurélio Ribeiro e Sebastião Franco.



Francisco Calmon aponta limitação dos colegiados

CARLOS ALBERTO SILVA